

A República e as festas da abolição Resistência e liberdade no pós-abolição

The Republic and the celebrations of abolition: resistance and freedom in post-abolition
La República y las celebraciones de la abolición: resistencia y libertad en la post-abolición

RESUMO

O texto discute as festas da abolição na República e as disputas políticas em torno do seu significado. O Rio de Janeiro moderno cedia espaço para os subúrbios na realização das festas, exceto as realizadas na Irmandade do Rosário. A abolição torna-se um símbolo de disputa e de ressignificados por parte dos governantes e literatos, testemunhas da lei em 1888.

Palavras-chave: festas; abolição; imprensa; ex-escravos.

ABSTRACT

The text discusses the abolition festivals in the Republic and the political disputes around its meaning. Modern Rio de Janeiro gave space to the suburbs in celebrations, except those held in the Brotherhood of the Rosary. Abolition becomes a symbol of dispute and re-signified by rulers and lawyers, witnesses of the law in 1888.

Keywords: celebrations; abolition; press; ex-slaves.

RESUMEN

El texto discute las fiestas de la abolición en la República y las disputas políticas en torno a su significado. El Río de Janeiro moderno cedía espacio para los suburbios en la realización de las fiestas, excepto las realizadas en la Hermandad del Rosario. La abolición se convierte en un símbolo de disputa y de re-significación por parte de los gobernantes y literatos, testigos de la ley en 1888.

Palabras clave: fiestas; abolición; prensa; ex-esclavos.

Renata Figueiredo Moraes

Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora adjunta de História do Brasil na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
renatafmoraes@gmail.com

Introdução

O fim da escravidão no Brasil foi celebrado em 13 de maio de 1888 por homens e mulheres, negros e negras, literatos, políticos e família imperial através de festas e solenidades privadas e públicas em toda a corte. Esse também foi o momento de construção de heróis e sentidos para a abolição, que deveriam ser compartilhados por aqueles festeiros e seus descendentes. No entanto, ainda em maio de 1888, a festa foi apropriada por aqueles que não haviam sido chamados para organizá-la, ex-escravos que, a seu modo, também pretendiam se fazer presentes naquela celebração. Um exemplo ocorreu numa festa em plena rua do Ouvidor, quando um batuque e uma dança em roda incomodaram o articulista da *Gazeta de Notícias* (18 de maio de 1888) que temia por confusão (Moraes, 2018, p. 119), sem entender que aquela celebração, que não fazia parte das festas programadas pela imprensa, era a forma como homens e mulheres se apropriaram daquela primeira liberdade. Entre festas e repressão, esse texto pretende indicar a forma com que muitos moradores da cidade do Rio de Janeiro, desde a região central até os seus subúrbios, entre ex-escravos, homens e mulheres pobres, literatos e jornalistas continuaram a indicar sentidos para a celebração da festa da abolição, apesar e à mercê das comemorações oficiais. Desse modo, os aniversários da abolição serviram para preservar uma memória de liberdade conquistada através da lei, sendo também um local de disputa política e social. Nesse texto, veremos alguns aniversários da abolição no período republicano a fim de refletir sobre o quanto as novas formas de se comemorar a abolição serviram para ressignificar a data e a liberdade alcançada no 13 de maio de 1888.

O primeiro 13 de maio republicano

Após quase um século de regime monárquico no Brasil, a República deveria ser construída junto com um novo universo simbólico a fim de criar uma legitimidade que pudesse superar um forte passado monárquico. Desse modo, um dos primeiros atos do governo provisório republicano, em janeiro de 1890, foi a publicação de um decreto que versava sobre as festas públicas que deveriam ser celebradas pela República. No texto do decreto, havia a afirmação de que o regime baseava-se num “profundo sentimento de fraternidade universal” e as festas teriam a missão de dar continuidade às solidariedades das gerações. Assim, o 13 de maio foi classificado nesse rol de festas como o dia da fraternidade entre os brasileiros (Oliveira, 1989). Os novos tempos deveriam ser reprodutores de uma fraternidade

que parecia ser inédita a partir da República. O fim da escravidão, para esses republicanos, representaria o início da igualdade entre todos e, conseqüentemente, essa deveria ser a celebração a ser feita a cada 13 de maio. Ressaltar a abolição não parecia ser benéfico para construção de uma memória republicana, principalmente nos seus primeiros anos, e para a invenção de uma tradição (Hobsbawn, 1997).

O ano do decreto seria o mesmo do primeiro aniversário da abolição celebrado na República. Essa primeira festa republicana mobilizou autoridades e sociedade civil, entre elas a própria Confederação Abolicionista, para uma celebração grandiosa que envolveu a cidade do Rio de Janeiro, agora capital da República, num roteiro parecido com o realizado em 1888. Por outro lado, para além dos festejos nas ruas, os jornais abriram espaço para a publicação de textos que interpretavam, novamente, o significado do 13 de maio e da abolição. Em 1890, por exemplo, Silva Jardim aproximou a abolição da República a fim de que parecessem ser movimentos contínuos e igualmente almejados (*Diário de Notícias*, 13 de maio de 1890). Os editores do *Diário de Notícias* (12 de maio de 1890) viam o momento como sendo o da República coroando de flores a abolição, após o “inferno colonial” e o “purgatório monárquico”. Os textos marcavam a importância da data e exaltavam a programação do dia: na praça da República haveria uma solenidade com a presença do General Deodoro (ainda como presidente provisório) e de José do Patrocínio, numa espécie de aproximação entre dois tempos, o do Império e o da República, com o novo regime se aproveitando também da experiência festiva da abolição em 1888 e percorrendo as mesmas ruas, agora sob um outro nome. Após a solenidade de abertura, um préstito percorreria as ruas do entorno da “praça da proclamação” e da Tiradentes, com a presença de membros de diversas sociedades e de carros de ideias, semelhantes aos que existiam no Carnaval desde o Império (Brasil, 2016, p. 42). Entre os carros, um levaria a estátua de bronze, em tamanho natural, de uma mulher africana (sem descrever os detalhes sobre como ela seria) rodeada de crianças e com flores à população, enquanto outro representaria os quilombos (sem citar quais), assim como as crianças lembrando alguns líderes republicanos. As festas repercutiram nos jornais do dia seguinte, que diziam que a “cidade inteira tomou parte na grandiosa comemoração”, movimento que ninguém havia visto até então (*Diário de Notícias*, 14 de maio de 1890), numa clara comparação com a ocorrida em 1888, na sua época também grandiosa.

No entanto, se o Império, principalmente na figura da princesa, não foi lembrado nessa primeira festa, o mesmo não se repetiu nos anos

seguintes. Os demais aniversários da abolição foram realizados numa conjuntura política específica, muitas vezes turbulenta, e, em alguns casos, afastando a festa de seus sentidos e sujeitos originais – fossem as lideranças abolicionistas ligadas à Coroa ou os próprios ex-escravos. Por outro lado, apesar de haver uma leitura republicana da abolição, a cada ano o 13 de maio vinha sendo apropriado por aqueles que, independentemente de parâmetros oficiais, continuavam a celebrar os sujeitos do passado, os abolicionistas e a princesa, em antigos ambientes de solidariedade dos tempos da escravidão, como as irmandades negras, por exemplo. Para esses festeiros, a data do 13 de maio era a da abolição da escravidão e assim deveria ser celebrada, qualquer que fosse o regime político em vigor. A festa marcava a liberdade e a construção de um novo tempo, que parecia ser necessário reivindicar a cada ano.

As outras festas republicanas da abolição

As celebrações ocorridas nos anos seguintes tiveram que conciliar não apenas os símbolos do passado, entre eles os personagens da abolição, mas também a conjuntura política na qual alguns abolicionistas se envolveram após o fim do Império. As homenagens a José do Patrocínio eram recorrentes – algumas vezes celebradas longe da região central –, como a ocorrida em 1891, quando o Clube do Engenho Velho o recebeu para celebrar a data, demonstrando haver um outro ponto de vista sobre o que deveria ser comemorado e quem o celebrava. No caso de Patrocínio, a louvação recebida em 1888 permaneceu constante até o ano da sua morte (muitas vezes até depois, com préstitos ao seu túmulo), demonstrando que antigos heróis não haviam sido substituídos por outros sujeitos republicanos e do ambiente letrado. Um exemplo exterior ao mundo letrado foi a missa em ação de graças à princesa Isabel realizada em 1891, na igreja de São Joaquim, por um “grupo de homens de cor gratos à áurea lei da abolição” (*Diário de Notícias*, 13 de maio de 1891). O editor do jornal fez questão de ressaltar quem estava dando graças à princesa em pleno período republicano. A princesa não era louvada nem pelos brancos, nem pelos literatos ou homens da imprensa, mas por homens de cor que não deixaram de valorizar o ato da assinatura da lei como fundamental para a liberdade dos escravos. Independentemente de qualquer novo sentido que a República desse à data do 13 de maio, como dia da fraternidade entre os brasileiros, por exemplo, o que esses homens celebravam, de fato, era o fim da escravidão, comemoração que se repetia em ambientes sociais de forte presença negra de homens e mulheres. As irmandades do Rosário e

de São Benedito, que estiveram presentes na missa realizada em 1888 para comemorar a abolição, não deixaram de promover celebrações para comemorar a liberdade dos escravos, de acordo com os princípios dos seus frequentadores, e não do regime republicano.

A continuidade das festas nas irmandades negras era uma forma de celebrar o próprio papel que elas tiveram durante a escravidão, uma vez que foram ambientes para o compartilhamento de experiências entre escravos e libertos e estratégias sociais dentro do mundo negro. Além disso, sendo formadas desde o período colonial, funcionavam de forma relativamente autônoma, como sociedades de ajuda mútua, (re)construindo identidades sociais muitas vezes desarticuladas por conta da escravidão (Reis, 1996). No Rio de Janeiro, uma das mais antigas, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, do final do século XVIII, tinha no seu regulamento o “socorro aos irmãos escravos” e o sorteio por meio do qual era escolhido quem seria alforriado (Moura, 2004).¹ De acordo com João José Reis, as irmandades “espelhavam tensões e alianças sociais que permeavam a sociedade escravocrata em geral e o setor negro em particular” (Reis, 1996). O interior da igreja era local, portanto, para a permanência das alianças sociais existentes durante a escravidão, que se reforçaram com a abolição, uma vez que, na década de 1880, as irmandades negras apoiaram a campanha e a imprensa abolicionistas, tendo entre seus membros José do Patrocínio (Moura, 2004).

Ao findar a escravidão, essas irmandades negras perderam sua função de proteção ao irmão escravo, mas continuaram tendo um papel ativo entre a população liberta da capital federal, permanecendo como um ambiente de sociabilidade e solidariedade negras, além de cumprirem papel político na promoção de festas que celebravam os símbolos negros, entre eles os personagens do 13 de maio: abolicionistas e a princesa Isabel.² Assim, no final do XIX e início do XX, as festas foram meios de resistência à manipulação dos sentidos da abolição diante da forma como a data era celebrada pela República: com o descarte dos sujeitos do passado, entre

1 Não eram apenas as irmandades que tinham essa prática de associativismo negro tendo, entre suas funções, a compra de alforrias. Na década de 1870, existiu no Rio de Janeiro a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Sua função era promover “tudo o que estiver ao seu alcance em favor dos seus membros”, sendo um dos objetivos a compra de alforria (Chalhoub, 2007)

2 As pesquisas a respeito das irmandades negras são focadas, quase que predominantemente, sobre dois locais: Bahia e Minas Gerais, sendo o século XVIII e a primeira metade do XIX privilegiados nesses estudos. Há uma lacuna na historiografia a respeito dessas irmandades no pós-abolição, principalmente as da capital federal na virada do XIX para o XX.

eles abolicionistas negros e membros do parlamento. Nessas irmandades compostas por negros, que viam a princesa Isabel como redentora dos escravos, o aspecto sagrado da abolição ainda se fazia presente.³

Configuravam-se, assim, as ambiguidades da celebração do 13 de maio nos primeiros anos da República. Por um lado, sujeitos diversos tomavam a festa nas mãos, promovendo a seu jeito a celebração da data; por outro, no entanto, a própria proliferação dessas outras festas esvaziava, aos poucos, a força dos festejos oficiais – que não se mostravam mais capazes de agregar a diversidade de público e de sentidos para a abolição. Por esse motivo, foi comum os editores dos jornais daquele ano afirmarem um desânimo para a realização das festas. Tal interpretação foi feita a partir de uma lógica festiva que estava ligada a uma organização oficial, cujos sentidos se associavam claramente ao novo governo republicano. Um exemplo disso está num ofício do Ministério dos Negócios do Interior do Rio de Janeiro autorizando a Intendência Municipal a concorrer cinco contos de réis para os “festejos populares do dia 13 próximo [maio], consagrado à comemoração da fraternidade dos brasileiros”. A referência ao novo nome dado ao 13 de maio pela República é um exemplo da inserção de novos significados a uma festa que tinha uma historicidade e que não era republicana. Apesar disso, essas mesmas autoridades republicanas foram convidadas pela comissão dos festejos do Primeiro Distrito de Sant’Anna, eleita para “comemorar a Áurea Lei de 13 de maio”, para comparecer aos festejos a serem realizados na praça 11 de junho.⁴ Na nota publicada no jornal, os organizadores convidavam a todos para comemorar a “lei da redenção dos cativos”, havendo para isso uma comissão responsável por angariar donativos e organizar o programa, sendo o ponto chave da festa a praça 11 de junho (*Diário de Notícias*, 7 de maio de 1892). Na festa de maio de 1892, parecia já claro aos contemporâneos que não era a liberdade o valor principal que os novos governantes desejariam celebrar em seus festejos oficiais. Nesse quadro, saudar antigos sujeitos do primeiro 13 de maio, como José do Patrocínio e a princesa Isabel, parecia um ato de coragem e autonomia. As festas pela abolição, diante dessa disputa simbólica, pareciam, aos olhos dos editores das folhas da cidade, esvaziadas e com o sentido reduzido se comparadas àquelas dos anos anteriores, principalmente a de 1888. Por outro lado, celebrar a abolição na freguesia de Sant’anna, de

³ Todos os anos a Irmandade do Rosário no Rio de Janeiro fazia festas. Algumas celebrações eram maiores, como, por exemplo, no ano de 1896, quando houve a fala de José do Patrocínio e um pequeno préstito no entorno da igreja (*O Paiz*, 14 de maio de 1896).

⁴ AGCRJ, código 43, 4, 12. Festividades pela data da abolição da escravidão (1888-1898).

forte presença negra e de resistência cultural à escravidão e à eliminação da cultura africana, demonstrava o valor que essa data tinha para esses homens e mulheres e sua autonomia em celebrar sua liberdade.

Após as festas desse ano, dois jornais do Rio de Janeiro repercutiram a permanência da escravização de uma mulher em São Paulo por parte de uma família importante. Ela, de idade aproximada de trinta anos, além de permanecer em estado de escravidão, mesmo após quatro anos da lei que a libertara, ainda era brutalmente espancada por aqueles que acreditavam ser seus donos. A notícia da abolição não havia chegado a ela, principalmente porque era proibida de sair às ruas. A mulher só foi libertada após os vizinhos irem até a residência e com a ajuda de autoridades. Segundo a nota, ao retirarem a mulher da casa, os populares que assistiram a cena deram vivas a liberdade e ao 13 de maio (data em que ela foi libertada) (*Diário de Notícias*, 17 de maio de 1892). Na nota publicada pelo *Jornal do Brasil* (14 de maio de 1892) sobre esse caso, o povo ainda teria dado vivas à República, às autoridades e ao governo. Ou seja, a cada 13 de maio, ou a liberdade era celebrada ou era dada àqueles que ficaram aprisionados por outros grilhões. No caso da mulher ilegalmente escravizada, a sua abolição ocorreu quatro anos depois do “primeiro” 13 de maio. Coincidências à parte, de fato a liberdade não parecia estar consolidada e talvez a realização das festas ou uma mobilização nos jornais servisse para alertar sobre os reais significados que aquela lei deixara para a sociedade, agora republicana.

As tensões políticas da capital federal apareciam nas festas da abolição. Em 1897, o levante dos cadetes da Escola Militar, em pleno maio, aprofundara o clima de vigilância e perseguição do governo de Prudente de Moraes (Magalhães Jr., 1972, p. 311). Apesar disso, José do Patrocínio, que apoiava o presidente civil e vinha reaparecendo não apenas na vida pública, mas também na política,⁵ passou a ter novamente um crescente destaque na festa, em seus diferentes espaços. Assim como nos anos anteriores, a data foi novamente celebrada pela Irmandade do Rosário, que promoveu um *Te-deum*, com direito a uma banda musical e a discursos de líderes religiosos e de alguns convidados. Destaque para Patrocínio, que discursou no evento sobre a abolição e a escravidão – sendo depois saudado pelos presentes, assim como pelas redações dos jornais (*Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1897). Ainda nesse dia, na sede do jornal *Cidade*

⁵ Patrocínio se candidatou a uma vaga na Câmara dos Deputados em 1895, mas não conseguiu se eleger (Magalhães Jr., 1972, p. 318-319).

do Rio, os “companheiros da imprensa” organizaram mais uma homenagem a ele. Uma espécie de almoço reuniu em torno de Patrocínio o ministro chileno e seus secretários, alguns oficiais da Armada, o senador João Cordeiro, Macedo Soares, representantes das escolas superiores e da imprensa. Além desses, estavam Olavo Bilac, Ennes de Souza, Barata Ribeiro, José Agostinho dos Reis e Campos da Paz, esse último, companheiro de exílio de Patrocínio. Todos, além de comparecerem à solenidade, promoveram discursos rememorando a abolição, lembrando os abolicionistas falecidos e rendendo saudações ao homenageado, que fez o brinde final (*O Paiz*, 14 de maio de 1897). Celebrar Patrocínio e sua luta pela abolição parecia ser o auge da resistência à negação de um passado de luta de um importante líder negro.

A primeira década do triunfo da abolição, celebrada em um ano no qual a eleição do novo presidente e o fim do mandato de Prudente de Moraes apontavam para um cenário de estabilidade política para a República, marcava assim um novo momento da comemoração, para a qual eram construídos novos sentidos. Para festejar a data, formou-se uma comissão cívica a fim de preparar as comemorações e solicitar à Intendência Municipal o apoio logístico e financeiro para a sua realização. No próprio ofício em que faziam isso, os membros da comissão evidenciavam a singularidade da comemoração em relação àquelas dos anos anteriores. É por comemorarem a data em um “período de paz, no último ano do governo do sr. dr. Prudente de Moraes”, que ela merecia então uma “consagração bastante condigna”.⁶ Abolição e República se aproximavam cada vez mais.

Na comissão formada para esse fim apareciam figuras de destaque, como o ex-prefeito Barata Ribeiro, o abolicionista Vicente de Souza e o literato Rodrigo Otávio. O programa enviado tinha como finalidade pedir o apoio financeiro da Câmara Municipal, que, por isso, seria aplaudida pela imprensa.⁷ Entre os eventos programados estavam o embandeiramento e a iluminação de prédios públicos, batalha de confetes na rua Moreira César (rua do Ouvidor), distribuição de esmolos no Passeio Público a 250 pobres, formatura da brigada policial e do corpo de bombeiros e outras formalidades que envolveriam os membros da Intendência.

⁶ AGCRJ, código 43, 4, 12. Festividades pela data da abolição da escravidão (1888-1898).

⁷ Além desses, também assinavam e compunham a comissão: d. abade de São Bento, conselheiro dr. Olegário de Aquino e Castro, dr. Honório Ribeiro, general barão de Itaipu, contra-almirante dr. Carneiro da Rocha, dr. Ataulpho de Paiva, dr. Moura Carijó, professor Soares Dias, Pedro da Silva Monteiro. O texto é escrito por José Ponciano de Oliveira.

Na sessão solene haveria também uma homenagem à imprensa da capital federal, em reconhecimento pela grande comemoração empreendida em 1888. Não há no programa indicação de quem seria o homenageado e nem os heróis da abolição, que deveriam ser lembrados nas solenidades.⁸

As festas da abolição receberam um investimento maior, muito provavelmente por conta do aniversário de dez anos da assinatura da lei. Além dos eventos públicos haveria também bailes no Clube dos Fenianos (*Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1898); no Democráticos um “príncipesco baile” (*O Paiz*, 12 de maio de 1899) e no Tenentes do Diabo um “áureo baile”. Esses clubes, que na campanha abolicionista apoiaram as iniciativas públicas pelo fim da escravidão participando dos festejos promovidos pela imprensa em 1888, dez anos depois tinham na data apenas um motivo para a realização de um baile para seus sócios dentro dos limites das suas instituições.

Em meio às apropriações da festa e celebrações reservadas a poucos grupos, estavam também os literatos, testemunhas do 13 de maio de 1888 e dos seus festejos, que pareciam não reconhecer, anos depois, as comemorações ou as consequências do fim da escravidão. Apesar de algumas opiniões que tentavam descaracterizar a importância da festa frente aos novos temas da modernidade, outros cronistas, como Artur Azevedo, trariam de destacar sua importância para um grupo social muito específico: os ex-escravos e seus descendentes. É o que ele faz em uma crônica em versos publicados no dia 13 de maio de 1902 n’*O Paiz* sob o título “A história de uma escrava”. A história é narrada pela própria escrava, e começa com seu nascimento em uma fazenda e sua vinda para a corte para satisfazer aos interesses da senhora, filha do seu senhor. Essa escrava se dizia diferente das outras devido aos predicados que possuía:

Eu não fui criada a esmo, / conquanto fosse uma escrava; / muitas vezes
Nhanhazinha / junto de si me assentava, / e me ensinava leitura, / e a rabiscar
me ensinava. // Era, porém, na costura / que eu mostrava maior primo: / vesti-
dos fazia a ponto / de muita gente supor / que eram obra da madame / lá da rua
do ouvidor.

Seus dotes satisfaziam aos interesses do senhor e da sua família, que, segundo ela, tinha boas relações e, por isso, os bailes em sua residência eram constantes. A senhora, que parecia gostar da escrava, pediu sua alforria na ocasião de seu casamento.

⁸ Por conta da data, as repartições públicas permaneceriam fechadas, o rancho dos quartéis sofreria uma melhora e as irmandades continuariam a promover suas solenidades conforme fizeram nos anos anteriores. “As festas de hoje” (*Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1898).

Teve a noiva uma lembrança / toda caridade e amor: / minha carta de alforria /
pediu ao pai, meu senhor; / mas ele não quis passá-la / e disse de mau humor:
// – Pois queres alforriá-la? / Mostras não ser sua amiga! / No dia em que essa
mulata / a liberdade consiga / dá logo em mulher à toa! / Não percas a rapariga.

A sinhá pretendia alforriá-la sem pensar se ela a deixaria ou não. A
prevenção feita pelo pai a fez desistir. A resposta da escrava a essa situa-
ção dava à liberdade sentidos contrários aos pensados por seus senhores.

Alcançando a liberdade, / eu não daria em devassa, / pois era trabalhadeira, /
nada tinha de madraça / e ficar ali metida / foi toda a minha desgraça.

Para a escrava, a liberdade não era a negação do trabalho, até porque
via um valor em suas funções. A alforria a tiraria do status de escrava,
apesar de continuar trabalhando. Porém, a negação ao pedido da sinha-
zinha fez com que o pior acontecesse: logo após o casamento, o marido
da sinhazinha se interessou pela escrava, que não conseguiu resistir aos
encantos do moço.

– Minha mulata formosa, / nós somos ambos escravos... / Deus nos fez um para
o outro: / do amor sugamos os favos! / São desforras os meus beijos, / e os teus
beijos desagravos!

O possível encantamento entre ambos terminou com a descoberta da
gravidez da escrava, que, por causa disso, foi penalizada com castigos no
tronco. Seu filho foi abandonado na roda dos enjeitados e ela teve que re-
tornar ao interior para servir em outra fazenda.

Essa nova vida foi mais terrível e ela perdera todos os predicados que
se orgulhava em ter.

Envelheci no trabalho, / fui tarefaira exemplar; / mas já não pego na agulha /
nem no ferro de engomar; / já não visto uma senhora; / já não sei nem soletrar!

Seu sofrimento na fazenda acabara com o 13 de maio.

Da fazenda para fora / fui posta ao primeiro raio / altivo, ardente, brilhante /
do sol de treze de maio, / e vim, trazendo somente / molambos no meu balaio.

O sol altivo, contente e brilhante que a tornara livre não lhe ofere-
cera nada além da sua liberdade e dos seus molambos, carregados pela

cidade. A escrava já era diferente daquela que chegara à corte junto com a sinhazinha.

Foi deveras inclemente / essa viagem que eu fiz, / velha, andrajosa, faminta, / por desertos e alcantis, / até chegar à cidade / do meu amor infeliz. // Áurea lei da liberdade, / bendigo a piedade tua; / mas é triste, muito triste / ver-me doente e seminua, / pelos moleques vaiada, / pedindo esmolos na rua!

A escravidão acabara tarde para a escrava, que, com a liberdade, seguiu para as ruas, transformando-se num tipo que certamente era perseguido e condenado nos tempos da República. Essa difícil história termina com uma síntese da sua vida para seu filho, caso ela o encontrasse.

Que eu, nascida na fazenda, / de uma negra e do feitor, / sou sua mãe dolorosa, / e ele, a flor, pobre flor, / a pobre flor melindrosa / nascida do meu amor.

A longa história da escrava ocupou uma coluna e meia da primeira página do jornal. Era a trajetória de vida de uma mulher que passava por diferentes momentos no seu processo de escravização: desde a sua origem, sendo fruto de uma prática comum do período da escravidão, como as relações entre escravos e livres; a posse de predicados nobres, a vivência no interior da casa do senhor, tendo intimidade com a sinhazinha, até ser cobiçada por seu marido, ter engravidado e sofrido os castigos por isso, fechando assim um ciclo de relações perversas com uso da força e/ou da dominação e opressão para a satisfação de desejos sexuais. A escravização em outra fazenda era o ponto final para a eliminação de aspectos positivos adquiridos por essa mulher, como seus dotes domésticos e sua beleza, ambos se acabando antes da abolição. A liberdade prolongou uma vida precária nas ruas da cidade, esbarrando com a sua antiga sinhá, que ainda conservava sua beleza.⁹ Ao mesmo tempo, o sol do 13 de maio a tirou de um cativo de sofrimento e deu a ela a liberdade das ruas e a esperança de reencontrar o filho rejeitado por seu antigo senhor.

Através dessa crônica, o autor relembra para os leitores do jornal que o fim da escravidão era o motivo da festa e alegria para aqueles que haviam passado pelo cativo, apesar de o futuro ser marcado pelo passado

⁹ “Sinhazinha inda é casada; / há poucos dias a vi / pelo braço do marido, / e logo os reconheci. / Como estão bem conservados, / e eu... eu como envelheci...”

escravo. O sofrimento da escravidão vivido pela mulher, que não recebeu do autor nenhum nome, terminou com o sol do 13 de maio.¹⁰ Por mais que se mostrasse consciente de que a lei era insuficiente para garantir seu sustento e futuro, dado que tinha as ruas da cidade como moradia e mostrava-se inapta para o trabalho livre por ter perdido suas habilidades nos últimos momentos da escravização, seu relato indicava a importância da data para o fim de uma etapa da vida, marcada pela violência física e psicológica. Mais de uma década após a abolição, o literato Artur Azevedo, uma testemunha da escravidão, rememorava para os seus leitores esse período, contrariando aqueles que acreditavam que a escravidão era coisa do passado e por isso não precisava ser lembrada. O sofrimento da mulher escravizada e liberta através da lei parecia ter ressonâncias naqueles tempos republicanos e de permanência de um legado da escravidão.

Não por acaso, no momento em que Artur Azevedo escrevia sua crônica, a festa da abolição, mesmo esvaziada na região da cidade que compunha o cenário moderno de uma cidade-capital, era apropriada por outros sujeitos que faziam questão de celebrá-la a seu modo. Essa apropriação foi percebida por outro literato, Olavo Bilac, que via o caráter parcial daquele desânimo em relação à festa. Segundo ele, seriam os moradores dos subúrbios os responsáveis pela continuidade dos festejos. Era para esses bairros mais distantes que a cidade crescia apesar de todo o preconceito que, de acordo com Bilac, existia em relação aos seus moradores:

Os subúrbios eram, para os moradores da cidade, uma região inóspita e selvagem, de desterro e castigo. Quando se falava de uma família, outrora rica, e de repente caída em miséria, havia sempre esta frase: “os fulanos? Estão agora morando nos subúrbios” – o que equivalia a dizer: “morreram! Estão enterrados! Deus lhe fale na alma!” (Gazeta de Notícias, 17 de maio de 1908)

Ao notar a força da festa da abolição em tais localidades, Bilac começa por apontar sua singularidade. Distante física e simbolicamente de todo um ideal de progresso, que tinha na recém-reformada região central da cidade seu símbolo maior, os subúrbios se tornavam locais com diversões próprias – dentre as quais o cronista ressalta os salões de bailes, clubes, bibliotecas e teatros. A partir dos laços estabelecidos nesses espaços

¹⁰ Artur Azevedo repetia nesse poema a associação entre sol e liberdade, comum nas poesias produzidas pela ocasião das festas de maio de 1888 (Venâncio, 2007)

regulares de lazer, os subúrbios formariam uma lógica festiva própria, expressa na forma pela qual seus moradores celebravam as grandes datas nacionais. Dentre essas, destacava-se, para ele, a abolição.

Não representava novidade, àquela altura, o fato de que os suburbanos comemorassem o 13 de maio de maneira regular. Se, desde 1888, os moradores dessas regiões haviam celebrado ao seu modo a data, a cada ano se repetiam comemorações como aquela testemunhada em 1906, em Madureira, por um fotógrafo (Figura 1).

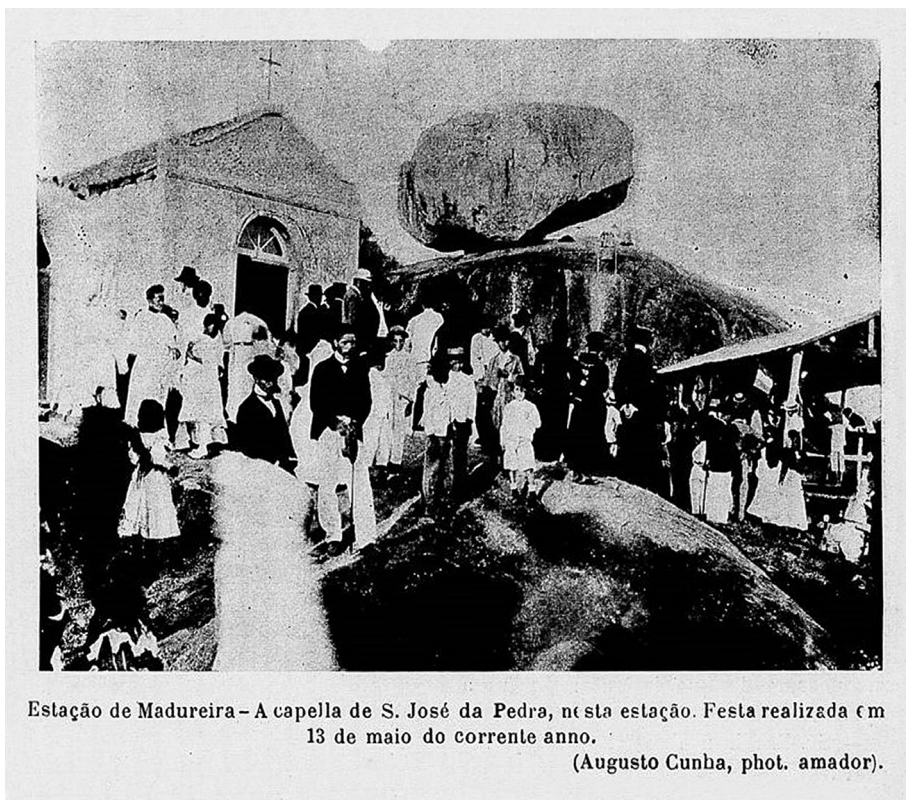


Figura 1 – Revista da Semana, 8 de julho de 1906

A foto mostra o quanto a festa pela abolição era celebrada por pessoas distintas daquelas da corte em 1888, quando roupas elegantes eram vendidas para as mulheres usarem nas festas. Nos subúrbios, as vestimentas eram simples e a composição social estava mais próxima daquela das irmandades negras do centro da capital. Por mais longe que estivessem habitualmente do olhar dos literatos que escreviam nos principais jornais da capital federal, as festas da abolição não pareciam desanimadas nos primeiros anos do século, se olhadas a partir das regiões suburbanas.

«CHORO» AO 13 DE MAIO



P'ra festejá grande data
Nosso turo cae no samba!
Negra aqui já é mulata
Pulemo na corda bamba!

Depois do 13 de maio
Crioula virou senhora!
Eu pulo porém não caio,
Crioula vamos embora!

Ah! que bello passatempo,
Que cousa m'cino bonita!
Mucama daquelles tempo
Já pôde ser senhorita!

Ficou turo na iguardade,
O' crioula arrasta o pé!
Viva nossa liberdade
Viva a princeza Isabel!

Percebe-se, dessa forma, o modo singular pelo qual esses festeiros do subúrbio se apropriavam da data. Enquanto na região central ela era associada somente a uma celebração da liberdade que já não parecia fazer sentido em tempos de um liberalismo excludente, nos subúrbios era em torno de elementos ligados às aspirações negras que o 13 de maio ganhava sentido. Por mais que percebessem por vezes o fenômeno, muitos escritores e desenhistas do tempo não conseguiam entender seus sentidos – como mostrava, em 1906, uma charge publicada na revista *O Malho* sob o título “Choro ao 13 de maio”.

Segundo o testemunho da imagem, a festa negra pela abolição continuava a ser realizada em salões, a partir de uma lógica própria daqueles que foram libertos pela lei e que por isso festejavam.

Figura 2 – *O Malho*, 12 de maio de 1906

P'ra festejá grande data / nosso turo cae no samba! / Negra aqui já é mulata /
pulemo na corda bamba! // Depois do 13 de maio / crioula virou senhora! / Eu
pulo porém não caio, / crioula vamos embora!

A grande data era festejada também por conta da alteração do status social após a assinatura da lei. Tal mudança era comemorada a partir de um ritmo próprio que possivelmente era incompreendido pelos autores da revista.

De forma irônica, o chargista retratava a dança que era, na verdade, uma maneira desses homens e mulheres, de alguma forma egressos da escravidão, celebrarem a sua identidade, também marcada pelo associativismo negro, por meio da formação de clubes dançantes distantes do centro, nos subúrbios, por exemplo (Pereira, 2010). Neles, a data do 13 de maio era ocasião de festa, que acaba se incorporando a novas causas vividas por homens e mulheres da cidade e das regiões mais afastadas. A festa pela abolição passava a ser socialmente marcada por homens e mulheres afrodescendentes e moradores dos subúrbios, que celebravam a data como forma de reforçar os seus sentidos da lei, distintos daqueles dos que ocupavam a região central da cidade e que já não promoviam festas.

A cidade do Rio de Janeiro, principalmente na primeira década do século XX, era bem distinta daquela que deu espaço às festas da abolição. Tornara-se capital da República e passava por um projeto de remodelação que daria ares de modernidade próprias de uma cidade-capital (Neves, 2003). De fato, desde a assinatura da lei e nos vinte anos seguintes, o Rio de Janeiro se transformara na principal cidade do país em população e negócios (Benchimol, 2006, p. 243).¹¹ Suas ruas e avenidas eram adaptadas a essa nova configuração que a cidade recebera nos tempos republicanos. Essa espécie de rearranjo do cenário se configurava a reboque do turbilhão vivido pelos seus habitantes no final do século XIX, quando a abolição da escravidão e a República mudaram as configurações políticas e sociais até então vividas. A estabilidade política conquistada após os primeiros governos militares¹² serviu para preparar o país e a sua capital para os novos tempos modernos que viriam nos novecentos. Nesses novos tempos, o passado escravista não deveria ser

¹¹ Segundo o autor, em 1906, a cidade contava com 811.444 habitantes.

¹² O presidente seguinte, Rodrigues Alves, herdou de Sales uma economia “temporariamente estabilizada” (Benchimol, 2006, p. 255).

lembrado. Uma das formas para apagá-lo era através da remodelação de um antigo local de chegada de africanos: o aterramento do antigo cais, provocado pela reformulação do porto logo nos primeiros anos republicanos. A conclusão da obra de remodelação da região portuária feita pelo prefeito Pereira Passos apagava da cidade a memória não só da escravidão, mas do próprio Império, com a mudança do nome de ruas nas proximidades. Essas obras inseriam a cidade numa rede de relações com outros sistemas econômicos, abrindo as suas portas para novos negócios e, conseqüentemente, para a tão sonhada modernidade. Logo, parecia não combinar com essa nova cidade a permanência de festejos populares em louvor à abolição da escravidão, exatamente por lembrar a existência desse passado. Ele deveria ficar para trás, submerso nas novas ruas que se abriam e sem interferir na produção de uma cultura moderna, branca e republicana.

No entanto, não só as distâncias físicas separavam o centro dos subúrbios, onde ainda celebravam o fim da escravidão, agora com novos sujeitos participando da festa. Essa constatação surpreendeu Olavo Bilac em 1908, diante do contraste notado naquele ano entre o esvaziamento dos festejos na moderna área central da cidade e a animação dos subúrbios – sendo o 13 de maio celebrado com grande empolgação nas regiões do Méier e Engenho de Dentro:

O patriotismo, repellido do asfalto, foi viçar entre as mangueiras do Méier e Engenho de Dentro. Já o 13 de maio foi ruidosamente comemorado por lá com préstitos, bailes, fogos de artifício, – enquanto por aqui as luminárias das repartições públicas piscavam melancolicamente sobre as ruas desertas, e o elemento oficial e o povo dormiam o sono da indiferença sobre o colchão da apatia. (*Gazeta de Notícias*, 17 de maio de 1908)

Sem ver na simples iluminação dos edifícios públicos uma comemoração digna de nota, Bilac aponta nesses festejos oficiais a marca da indiferença, que não leva em conta a importância da data celebrada. Por isso, aos suburbanos caberia, então, o protagonismo da comemoração.

Não seria difícil, aos contemporâneos de Bilac, reconhecer o fenômeno que ele demarcava com sua crônica. No dia 13 de maio daquele ano, o anúncio das festas que ocorreriam nos subúrbios apareceu na terceira página d’O Paiz, juntamente com uma ilustração. Nela, uma mulher negra joga pétalas de flores sobre uma sepultura onde estava escrito “abolicionistas”.

Logo abaixo, num tom nada animador em relação às festas a serem realizadas na capital, o jornalista destaca que haveria no centro, como



Figura 3 – O Paiz, 13 de maio de 1908

de costume, “salvas e embandeiramento”, espetáculos teatrais e festas de iniciativas particulares. No entanto, o que enriqueceria o dia dos festejos seriam as solenidades ocorridas longe do centro da capital:

E seria apenas isto a solenidade, se não houvesse mais a cerimônia organizada pelos nossos colegas do “Subúrbio”, no parque da Boca do Mato.

Os nossos colegas não têm poupado sacrifícios para que a festa, embora modesta, dada a exiguidade de tempo, tenha todo o brilho possível.

O evento foi organizado pelo jornal *Subúrbio* e pela Liga da Educação Cívica e seria gratuito a toda a “população suburbana”. A programação dos festejos era variada e envolvia uma seção para crianças, com participação de clubes infantis do Méier, peças de teatro e recitação de poesias e discursos de Xavier Pinheiro, presidente da comissão organizadora, e de Evaristo de Moraes. Teria também a participação do cantor Eduardo das Neves, cantando modinhas com o seu violão, e um casal fazendo acrobacias. Além desses festejos, haveria barraquinhas em benefício à construção das capelas de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Guia e Associação Charitas (*O Paiz e Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1908).

O presidente da comissão central dos festejos, Xavier Pinheiro, poeta, funcionário público e morador da região, era também o editor do jornal *Subúrbio* e colaborador de *O Paiz* na seção destinada aos leitores dessa região.¹³ O jornal *Subúrbio*, de periodicidade semanal, publicado no Méier entre os anos de 1907 e 1911 (Mendonça, 2011, p. 47), juntamente com a Liga da Educação Cívica, foram os promotores dos festejos pela abolição nesse bairro. A liga, fundada pelo diretor do jornal, tinha como função manter o “culto dos servidores ilustres do Brasil”.¹⁴ O jornal compartilhava os princípios da organização a respeito da louvação aos vultos históricos e, para isso, em uma seção especial, publicava alguns ensaios, entre eles um sobre a abolição da escravidão e a proclamação da República (Mendonça, 2011, p. 87).¹⁵

Nesses festejos, há de se considerar as personalidades: Evaristo de Moraes e Eduardo das Neves. O primeiro, um advogado que atuou em defesa dos interesses dos operários, conjugando atuação profissional e militância política, além da escrita num periódico operário, a *Gazeta Operária* (Mendonça, 2007, p. 97);¹⁶ o segundo, um famoso cantor da sua época que, tendo trabalhado em circos, teve suas canções publicadas pela editora Quaresma, especializada em temas populares e de grande circulação. Eduardo das Neves era um cronista da cidade, uma vez que pelas suas canções citava os temas do cotidiano, da política e da sociedade em que vivia (Abreu; Dantas, 2011), e, assim como Evaristo de Moraes, era negro. A participação de ambos nos festejos pela abolição numa região distante do centro e que tinha entre seus moradores homens letrados, funcionários públicos e trabalhadores, tanto das indústrias próximas quanto do comércio e das fábricas em expansão nas primeiras décadas, é sinal de que a fala de Evaristo de Moraes a favor da causa operária era apropriada e compartilhada tanto pelo responsável pelo periódico quanto por aqueles que compareceram aos festejos para assisti-lo.

Evidenciava-se, assim, o sentido da manutenção da força de uma celebração que, se já acontecia nos subúrbios desde 1888, ganhava novos

¹³ Outros jornais publicados na capital também tinham seções específicas para os leitores dos subúrbios, tais como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, dentre outros.

¹⁴ O jornal divulgou os princípios da liga em setembro de 1908, mas ela foi citada nos festejos de maio desse ano. Além de Xavier Pinheiro, a liga foi criada também por outros jornalistas da imprensa suburbana (Mendonça, 2011, p. 87).

¹⁵ Outros trabalhos encontrados pelo autor e publicados no jornal falavam sobre a história da polícia militar e da região do subúrbio.

¹⁶ Os anos anteriores haviam sido de profunda militância política de Evaristo de Moraes a favor dos operários envolvidos nos movimentos grevistas que surgiam na capital.

sentidos em tempo de modernidades republicanas. O que, aos olhos de jornais da grande imprensa da capital, como *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*, aparentemente poderia ser considerado um simples festejo pela abolição no arrabalde, representava na verdade uma forma de atuação política não apenas dos festeiros, como dos seus organizadores – que não escolheram a esmo os participantes do evento. Os discursos pronunciados pelos palestrantes, assim como as modinhas cantadas por Das Neves, não foram publicadas pelos jornais. A julgar pelos seus temas habituais, no entanto, pode-se inferir que falavam em seus pronunciamentos e cantos da realidade social daqueles festeiros – fosse de forma direta, tratando do mundo da política, ou pelo viés da experiência, abordando a realidade da cidade desses sujeitos. Não era casual, por isso, o fenômeno testemunhado por Bilac.

Outro sinal disso são os festejos que ocorreram no ano seguinte, em 1909, nos quais, além da abolição, aproveitava-se a data do 13 de maio para comemorar a eleição do primeiro deputado negro para um mandato na Câmara Federal: Monteiro Lopes,¹⁷ republicano e abolicionista, eleito com um número significativo de votos, apesar de ter enfrentado outra batalha para assumir seu mandato.¹⁸ Os argumentos contra sua posse ligavam a sua cor à incompatibilidade do exercício legislativo.¹⁹ Não por acaso, dentre aqueles que o defenderam de forma pública estava Evaristo de Moraes.²⁰ Monteiro Lopes foi empossado em 1º de maio de 1909 e, no dia 13, resolveu comemorar a posse juntamente com o aniversário da abolição. Esses festejos foram novamente organizados pela Liga da Educação Cívica e tiveram a presença de Eduardo das Neves (Dantas, 2010, p. 202). Entre os homenageados estava José do Patrocínio, falecido desde 1905. Uma multidão comandada pelo deputado foi até o túmulo do abolicionista prestar as homenagens devidas (Domingues, 2013). A data

¹⁷ Monteiro Lopes (1867-1910) nasceu livre em Recife, Pernambuco. Formou-se em direito pela Faculdade do Recife em 1889. Antes de ir para a capital federal, passou por Manaus, exercendo os cargos de promotor público e juiz de direito. Foi para o Rio de Janeiro em 1894 e exerceu também a advocacia. Nesse período, era identificado nos jornais como “advogado das irmandades”, “defensor dos operários”, “líder dos pretos” (Dantas, 2010).

¹⁸ Alguns periódicos da corte, como as revistas *Careta* e *Fon Fon*, por exemplo, eram contra a candidatura de Monteiro Lopes, utilizando argumentos variados, desde a sua aparência física até comentários racistas (Dantas, 2010).

¹⁹ A *Gazeta de Notícias* defendeu, em suas páginas, a constitucionalidade das eleições, apoiando a posse de Monteiro Lopes.

²⁰ Monteiro Lopes morava no subúrbio, perto da estação do Rocha, e mantinha um escritório na praça Tiradentes. Manteve relações de amizade com Evaristo de Moraes, José do Patrocínio, Hemérito dos Santos, Libâneo de Souza e Lopes Trovão. Evaristo de Moraes, na ocasião da luta pela posse de Monteiro Lopes, publicou no *Correio da Manhã* artigos que defendiam Lopes (Dantas, 2010, p. 193).

do 13 de maio representava, além da liberdade conquistada por meio da lei, a possibilidade de uma nova conjuntura social para homens e mulheres afrodescendentes e egressos da escravidão que passariam a contar com um representante no Legislativo. A comemoração conjunta da abolição e da posse de Monteiro Lopes sob uma mesma data, retomando o herói do abolicionismo – José do Patrocínio –, dá novos sentidos ao 13 de maio por parte de um grupo social que o apropria como conquista e momento de esperança.

Trinta anos depois: qual é a história da abolição?

Nos trinta anos da abolição, o 13 de maio era mais lembrado por ser a data da fundação da imprensa. De fato, imprensa e abolição pareciam estar juntas desde sempre e isso era fortemente ressaltado por alguns jornais. Mesmo assim, a data não passou despercebida no seu trigésimo aniversário: o *Jornal do Brasil* (13 de maio de 1918) inseriu um desenho que retratava o busto da princesa Isabel e um homem negro depositando flores. O desenho não é assinado e tem o título “homenagem à princesa Isabel, aos autores e cooperadores da Lei Áurea”. Nesse mesmo ano, a princesa também foi lembrada no seu aniversário pelo *Correio da Manhã*, no dia 29 de julho, sendo chamada de redentora por ter feito “lances generosos, tão próprios da mulher brasileira”, sobre o ato da assinatura da lei, e o periódico destaca ainda que a queda do trono seria o de menos. As interpretações sobre a lei também apareciam em notas breves. O 13 de maio como sendo “o dia da liberdade de toda uma raça” (*A Razão*, 13 de maio de 1918), ou a *Gazeta de Notícias*, tratando a lei como “a maior conquista democrática na evolução social da nossa pátria”, dedicando esse jornal mais tempo para rememorar a campanha abolicionista, feita no parlamento e na imprensa, o delírio no dia da assinatura da lei e as festas seguintes. Segundo a *Gazeta de Notícias*, “a data do 13 de maio, tão significativa e eloquente na história das nossas conquistas liberais, é hoje entre nós celebrada com maior irradiação e com mais vivo sentimento de solidariedade humana”. Segundo o redator, o Brasil estaria agora ao lado das nações da Europa, civilizadas, e que lutaram pelas ideias democráticas. Em nenhum momento do texto o pós-abolição e o passado escravista são tocados pelo autor, que faz toda essa introdução para falar dos festejos que seriam realizados em homenagem à data (13 de maio de 1918). Importante destacar que esse é um dos poucos jornais que relacionavam as festas, visto que a data do 13 de maio era quase que exclusivamente lembrada como o dia da imprensa, sendo raras as abordagens que a tratam como o dia da abolição.

Nas festas divulgadas pelo jornal, não há menção aos festejos na igreja Nossa Senhora do Rosário, que realizou a “missa dos abolicionistas” e sufrágio pelos que tombaram no cativo com uma sessão solene, tendo como orador Evaristo de Moraes (*A Razão*, 10 de maio de 1918). Após trinta anos, a região do subúrbio continuava a ser o palco das celebrações pela abolição. A Liga da Educação Cívica e seu presidente, Xavier Pinheiro, organizaram uma solenidade na Sociedade Beneficente Mútua Progresso do Engenho de Dentro, onde o poeta Henrique Magalhães faria a leitura da poesia “Ode ao treze de maio”, feita especialmente para esse ato (*O Paiz e O subúrbio*, 13 de maio de 1918). No centro da capital da República, a leitura do texto “A abolição e seus reflexos econômicos”, de Agenor de Roure seria feita no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em homenagem à efeméride (*A Noite*, 14 de maio de 1918) e o teatro Recreio Dramático anunciava espetáculo em homenagem ao aniversário da lei (*Jornal do Brasil*, 13 de maio de 1918). Na ocasião, haveria também uma fala do dr. Raphael Pinheiro sobre o fato histórico celebrado no dia (*O Imparcial*, 11 de maio de 1918).

Nesse mesmo ano, alguns meses antes, foi publicado pela editora Leite Ribeiro e Maurillo o livro *Abolição, um esboço histórico*, de autoria de Joaquim Osório Duque-Estrada e com prefácio de Rui Barbosa. Essa obra foi a primeira iniciativa a reunir elementos para se compor a história da abolição (Moraes, 2007). Seu autor, um literato que também participou das festas da abolição em 1888, professor de história e autor da letra do hino nacional, compôs uma narrativa para a abolição, criando um pan-teão para os abolicionistas e valorizando a pressão das ruas e dos eventos externos como decisiva para o fim da escravidão. No prefácio, Rui Barbosa denunciava também como, a cada aniversário, novos sujeitos e personagens iam aparecendo em detrimento de outros, ressaltando até mesmo a existência de falsificadores da história, não sendo possível, às vezes, reconhecer a história da abolição de acordo com essas narrativas.

Os primeiros trinta anos de liberdade oficial foram marcados por disputas simbólicas e de reapropriações da data por aqueles que viam relevância em destacar o 13 de maio como marco político e social. Ao mesmo tempo, essas solenidades não deixavam de ser momentos de denúncia de permanências e de apagamentos de uma história. Parecia ser necessário preservar a memória da celebração da liberdade por parte dos ex-escravos e seus descendentes, na medida em que o peso político da festa era reduzido por autoridades e governos. A sucinta lei não seria suficiente para a conquista de direitos sociais e políticos até então inexistentes em 1888. As celebrações pela abolição feitas de forma coletiva e distantes da região

central, com presença de políticos, advogados e literatos, mostrava que a luta não havia acabado com uma simples assinatura. No entanto, a cada ano, rememorar seus próprios heróis e circunstâncias poderia servir de combustível para o enfrentamento de outras batalhas, principalmente a da igualdade social, não prevista na lei. Desse modo, a história da abolição parecia não estar completa, muito menos escrita. As festas parecem ser a fonte para se construir essa história.

Fontes

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Fundação Biblioteca Nacional
Hemeroteca Digital
A Noite, A Razão, Cidade do Rio, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias, Gazeta Operária, Jornal do Brasil, O Imparcial, O Malho, O Paiz, Revista da Semana e Subúrbio

Referências

- ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. “É chegada a ocasião da negrada bumar”: comemorações da abolição, música e política na Primeira República. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p. 97-120, jan./jun. 2011.
- BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BRASIL, Eric. *A corte em festa: experiências negras em carnavais do Rio de Janeiro (1879-1888)*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um “líder da raça negra” na capital da República. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 41, p. 167-209, 2010.
- DOMINGUES, Petrônio. “Vai ficar tudo preto”: Monteiro Lopes e a cor na política. *Novos estudos – Cebrap*, São Paulo, n. 95, p. 59-81, mar. 2013.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MAGALHÃES JR, Raimundo. *A vida turbulenta de José do Patrocínio*. São Paulo: Lisa/INL, 1972.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- MENDONÇA, Leandro Climaco. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920*. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- MORAES, Renata Figueiredo. A festa da abolição do 13 de maio: comemorações, identidade e memória. In: ABREU, Martha; BRASIL, Eric; MONTEIRO, Livia; XAVIER, Giovana (org.). *Cultura negra 1: festas, carnavais e patrimônios negros*. Niterói: Eduff, 2018. p. 107-133.
- _____. *Os maios de 1888: história e memória na escrita da história da abolição. O caso de Osório Duque-Estrada*. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

- MOURA, Clóvis. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. In: _____. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004. p. 216-217.
- NEVES, Margarida de Souza. Uma capital em trompe l'oeil: o Rio de Janeiro, cidade-capital da República velha. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José G. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, 2003. p. 253-285.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "O prazer das morenas": bailes, ritmos e identidades nos clubes dançantes da Primeira República. In: MARZANO, Andrea; MELO, Victor Andrade (org.). *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 275-299.
- REIS, João José. Identidade e diversidades étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Niterói, v. 2, n. 3, p. 7-33, 1996.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. *Panfletos abolicionistas: o 13 de maio em versos*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2007.

Recebido em 30/4/2019

Aprovado em 2/9/2019